

Nº 104

**Natureza e dinâmica das
mudanças recentes na renda e na
estrutura ocupacional brasileiras**

4 de agosto de 2011

Comunicados do Ipea

Governo Federal
Secretaria de Assuntos Estratégicos da
Presidência da República

Ministro Wellington Moreira Franco

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Marcio Pochmann

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Fernando Ferreira

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e
Políticas Internacionais

Mário Lisboa Theodoro

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das
Instituições e da Democracia

José Celso Pereira Cardoso Júnior

Diretor de Estudos e Políticas
Macroeconômicas

João Sicsú

Diretora de Estudos e Políticas Regionais,
Urbanas e Ambientais

Liana Maria da Frota Carleial

Diretor de Políticas Setoriais de Inovação,
Regulação e Infraestrutura

Márcio Wohlers de Almeida

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Jorge Abrahão de Castro

Chefe de Gabinete

Pérsio Marco Antonio Davison

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação

Daniel Castro

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

Comunicados do Ipea

Os *Comunicados do Ipea* têm por objetivo antecipar estudos e pesquisas mais amplas conduzidas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, com uma comunicação sintética e objetiva e sem a pretensão de encerrar o debate sobre os temas que aborda, mas motivá-lo. Em geral, são sucedidos por notas técnicas, textos para discussão, livros e demais publicações.

Os *Comunicados* são elaborados pela assessoria técnica da Presidência do Instituto e por técnicos de planejamento e pesquisa de todas as diretorias do **Ipea**. Desde 2007, mais de cem técnicos participaram da produção e divulgação de tais documentos, sob os mais variados temas. A partir do número 40, eles deixam de ser *Comunicados* da Presidência e passam a se chamar *Comunicados do Ipea*. A nova denominação sintetiza todo o processo produtivo desses estudos e sua institucionalização em todas as diretorias e áreas técnicas do **Ipea**.

Apresentação

Este *Comunicado do Ipea* trata da natureza e dinâmica das mudanças sociais em curso no país, no que diz respeito à estrutura ocupacional e renda. Espera-se, com isso, antecipar algumas das principais constatações observadas a respeito do conjunto de pesquisas e estudos que se encontram em andamento na instituição retratando aprofundadamente a complexidade das transformações atuais no interior da sociedade brasileira.

Para tanto, procurou-se sistematizar uma série histórica de informações estatísticas geradas originalmente pelo IBGE (Censo Demográfico, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, Pesquisa de Orçamento Familiar e Contas Nacionais). A partir de dados de mais largo prazo, buscou-se sair das circunstâncias analíticas atreladas ao momento presente, para refletir a estrutura geral das mudanças sociais.

Este estudo encontra-se constituído de duas partes, sendo:

- (i) a primeira seção voltada a situar brevemente a natureza principal da manifestação das mudanças na renda e estrutura ocupacional no Brasil; e
- (ii) a segunda seção associada ao entendimento das forças dinâmicas das mudanças sociais em curso no país.

Ademais desta curta apresentação, a última parte contém breves considerações finais a respeito deste Comunicado. Como norma, o presente estudo contou com o apoio de parte importante do corpo técnico em planejamento e pesquisa do **Ipea**¹.

1 – Natureza das mudanças

Em comparação com os últimos cinquenta anos, o Brasil convive atualmente com experiência inédita no sentido da transformação de sua estrutura social. Durante a maior parte deste longo período, o dinamismo de uma sociedade que empreendia o esforço da industrialização nacional manifestava-se sempre acompanhado do aumento das desigualdades, o que gerava obstáculos profundos à coesão social no interior desta sociedade. Ainda que seja necessário acompanhar a sequência da evolução para o segundo decênio do século 21, percebe-se que a última década representou uma ruptura a esse padrão, por meio da redução das desigualdades no interior da distribuição pessoal da renda do trabalho que, pela primeira vez, acompanhou a elevação da renda *per capita* dos brasileiros.

Da mesma forma, registra-se que a recuperação recente da participação do rendimento do trabalho na renda nacional encontra-se em sintonia com a elevação dos componentes de melhora da situação geral dos trabalhadores. Ou seja, ampliação da taxa de ocupação em relação à força de trabalho (queda da taxa de desemprego) e da formalização dos empregos da mão de obra e queda da pobreza absoluta.

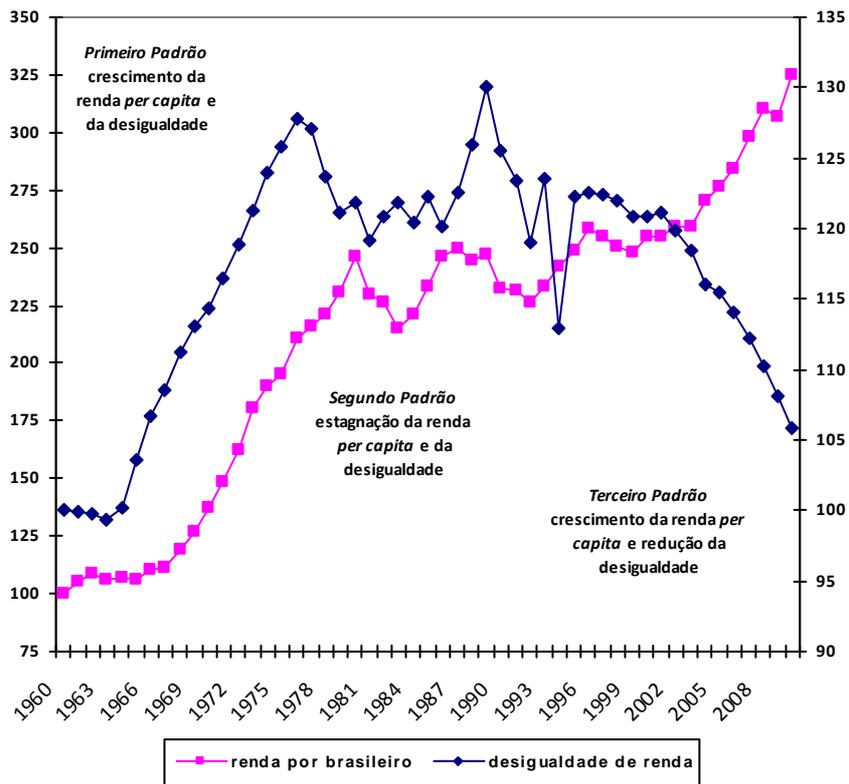
Em função disso, pode-se constatar que o sentido das mudanças sociais apresenta invariavelmente naturezas distintas de sua manifestação entre os anos de 1960 e 2010. A primeira, nas décadas de 1960 e 1970, o ritmo de expansão da renda *per capita* foi extremamente forte, com crescimento médio anual de 4,6% ao ano. Também a situação

¹ Este comunicado contou com a assistência e colaboração de: Luciana Acioly, Fábio de Sá e Silva, James da Silva, Daniel Castro, Thiago Freitas Ângelo, Hélder Ferreira, Aristides Monteiro Neto e André Calixtre.

geral do trabalho – compreendida pela ampliação da taxa de ocupação da mão de obra, formalização do emprego e redução da pobreza – elevou-se em 4,2% ao ano, em média.

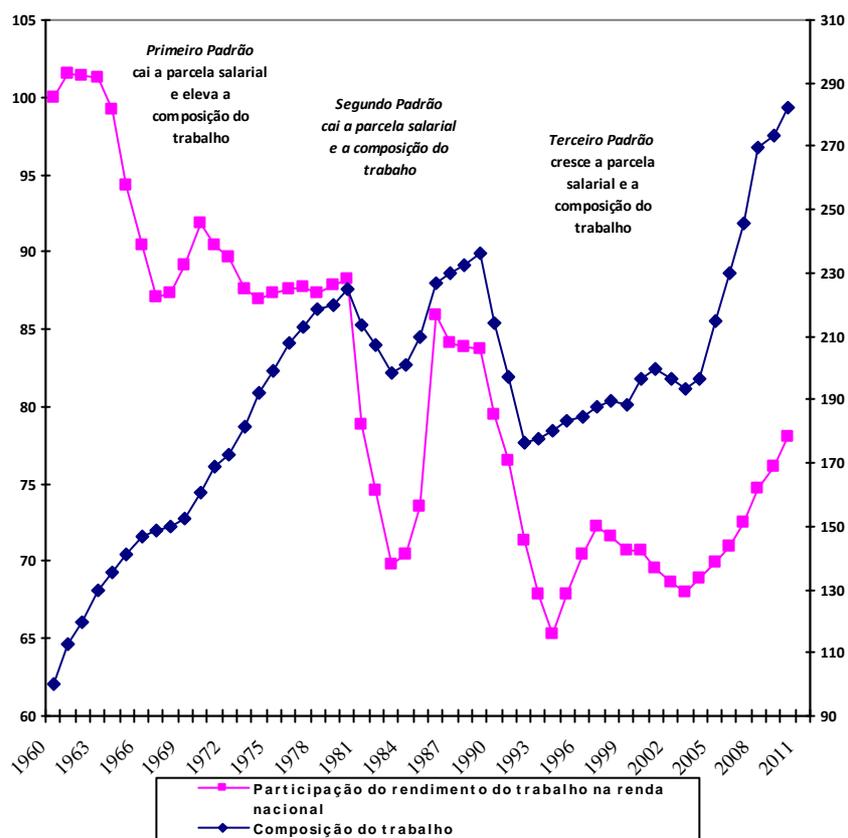
Apesar desta melhora, a participação do rendimento do trabalho na renda nacional caiu 11,7%, enquanto o grau de desigualdade na distribuição pessoal da renda do trabalho aumentou quase 21,9% entre 1960 e 1980. Assim, o Brasil expandiu a renda por habitante e melhorou a ocupação, acompanhada da piora na desigualdade na distribuição pessoal e funcional da renda.

Gráfico 01 - Brasil: evolução dos índices da renda *per capita* nacional e do grau de desigualdade da renda pessoal* (1960 = 100)



Fonte: IBGE/Contas Nacionais (elaboração Ipea)
*Índice de Gini

Gráfico 02 - Brasil: evolução dos índices da participação do rendimento do trabalho na renda nacional e da composição do trabalho* (1960 = 100)



Fonte: IBGEContas Nacionais (elaboração Ipea)

* taxa de ocupação, de formalização do emprego e da pobreza

Entre os anos de 1981 e 2003, a natureza das mudanças sociais no Brasil alterou-se profundamente. Enquanto a renda do conjunto dos habitantes manteve-se praticamente estagnada, com variação média anual positiva de 0,2%, a situação geral do trabalho piorou 14%. Para acrescentar, a participação do rendimento do trabalho na renda nacional reduziu-se em 23%, com a desigualdade na distribuição pessoal da renda do trabalho tendo se mantido praticamente inalterada, pois se reduziu ao ritmo de 0,1% a ano, em média.

Desde 2004, contudo, o padrão das mudanças sociais encontra-se submetido a outra natureza. Por um lado, a expansão média anual da renda *per capita* dos brasileiros em 3,3%, com melhora do índice da situação geral do trabalho ao ritmo de 5,5% ao ano, em média.

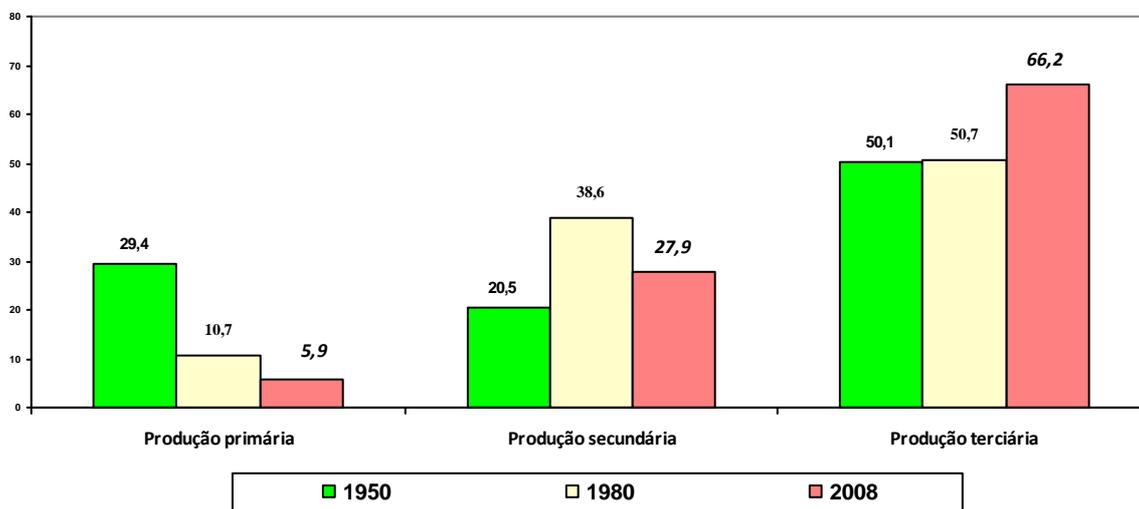
Por outro lado, observa-se também que a participação do rendimento do trabalho na renda nacional aumentou 14,8% entre 2004 e 2010. Neste mesmo período de tempo, o grau de desigualdade na distribuição pessoal da renda do trabalho foi reduzido em 10,7%. Uma vez identificada a distinta natureza das mudanças sociais recentes, cabe também considerar a dinâmica motora principal de sua manifestação.

2 – Dinâmica das mudanças

O principal traço marcante das mudanças sociais observadas até a década de 1980 no Brasil foi o vigor da aceleração da produção industrial. Simultaneamente à expansão absoluta da produção secundária da economia (indústria e construção civil), assistiu-se à perda relativa de importância do produto do setor primário (agropecuária), sem que houvesse alteração significativa na participação do setor terciário da economia (serviços e comércio).

Tanto assim que entre 1950 e 1980, o peso do setor secundário passou de 20,5% do Produto Interno Bruto (PIB) para 38,6% (aumento de 88,3%), ao passo que a participação do setor primário reduziu-se de 29,4% para 10,7% do PIB (queda de 63,6%). Para o mesmo período de tempo, o setor terciário manteve-se relativamente estável, com participação inferior a 51% do PIB.

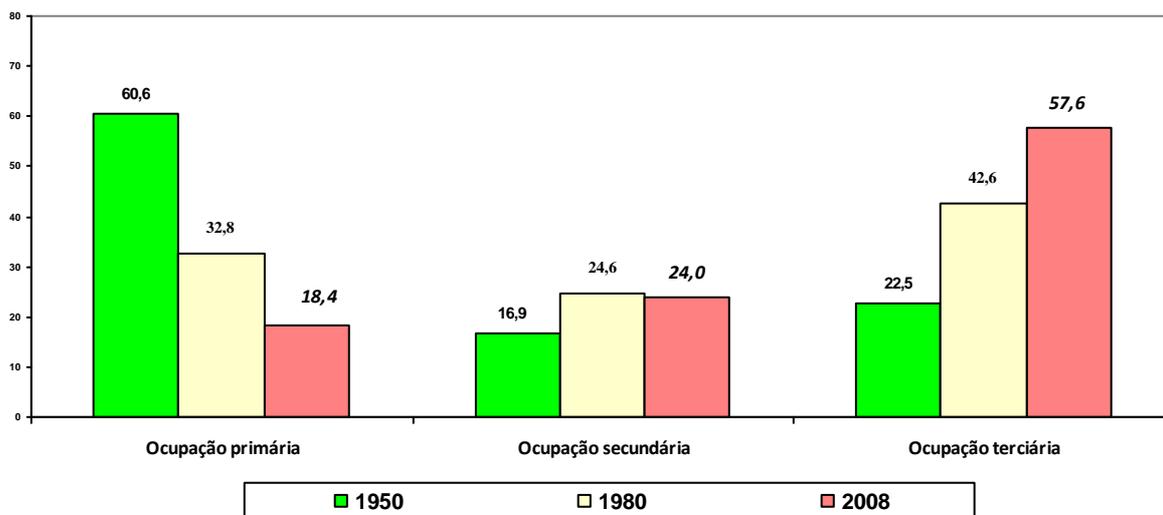
Gráfico 03 - Brasil: evolução da composição setorial do Produto Interno Bruto (em %)



Fonte: IBGE/Contas Nacionais (elaboração Ipea)

Neste início do século 21, contudo, somente o setor terciário tem registrado aumento na sua posição relativa em relação ao PIB. Entre 1980 e 2008, o setor terciário cresceu seu peso relativo em 30,6%, respondendo atualmente por 2/3 de toda a produção nacional, enquanto os setores primários e secundários perderam 44,9% e 27,7%, respectivamente, de suas participações relativas no PIB.

Gráfico 04 - Brasil: evolução da composição setorial da ocupação (em %)

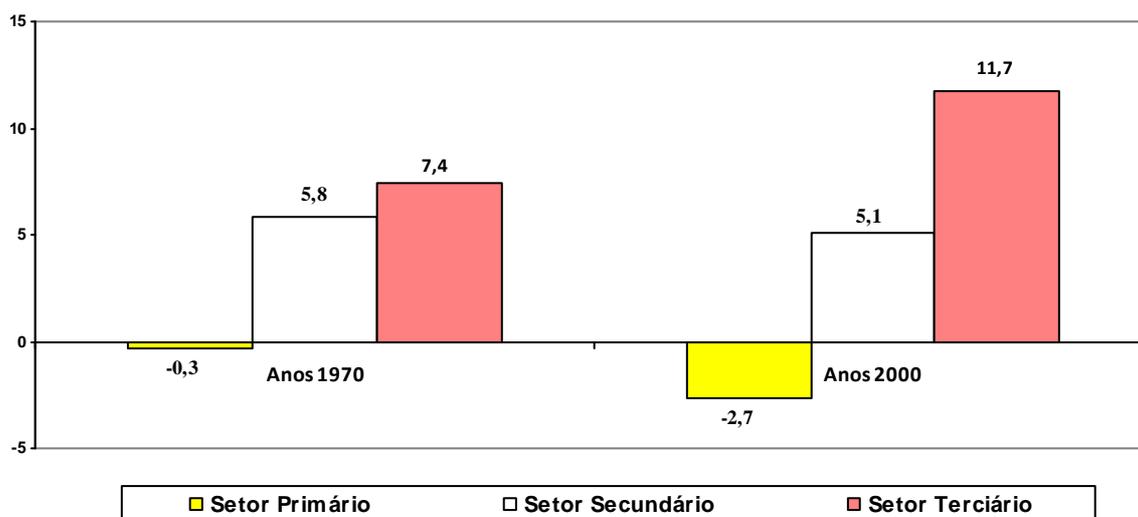


Fonte: IBGE/Censo Demográfico e PNAD (elaboração Ipea)

As alterações no interior da dinâmica da produção nacional repercutiram, em consequência, na evolução e composição da ocupação da força de trabalho. Na fase anterior, em que predominava a força da dinâmica industrial, a ocupação do setor primário reduzia-se drasticamente, passando de quase 61%, em 1950, para menos de 1/3 do total dos postos de trabalho. Simultaneamente, os setores secundário e terciário aumentaram suas posições relativas na ocupação total, pulando de quase 17% e 22,5%, respectivamente, em 1950 para próximo de 23% e 43%, em 1980.

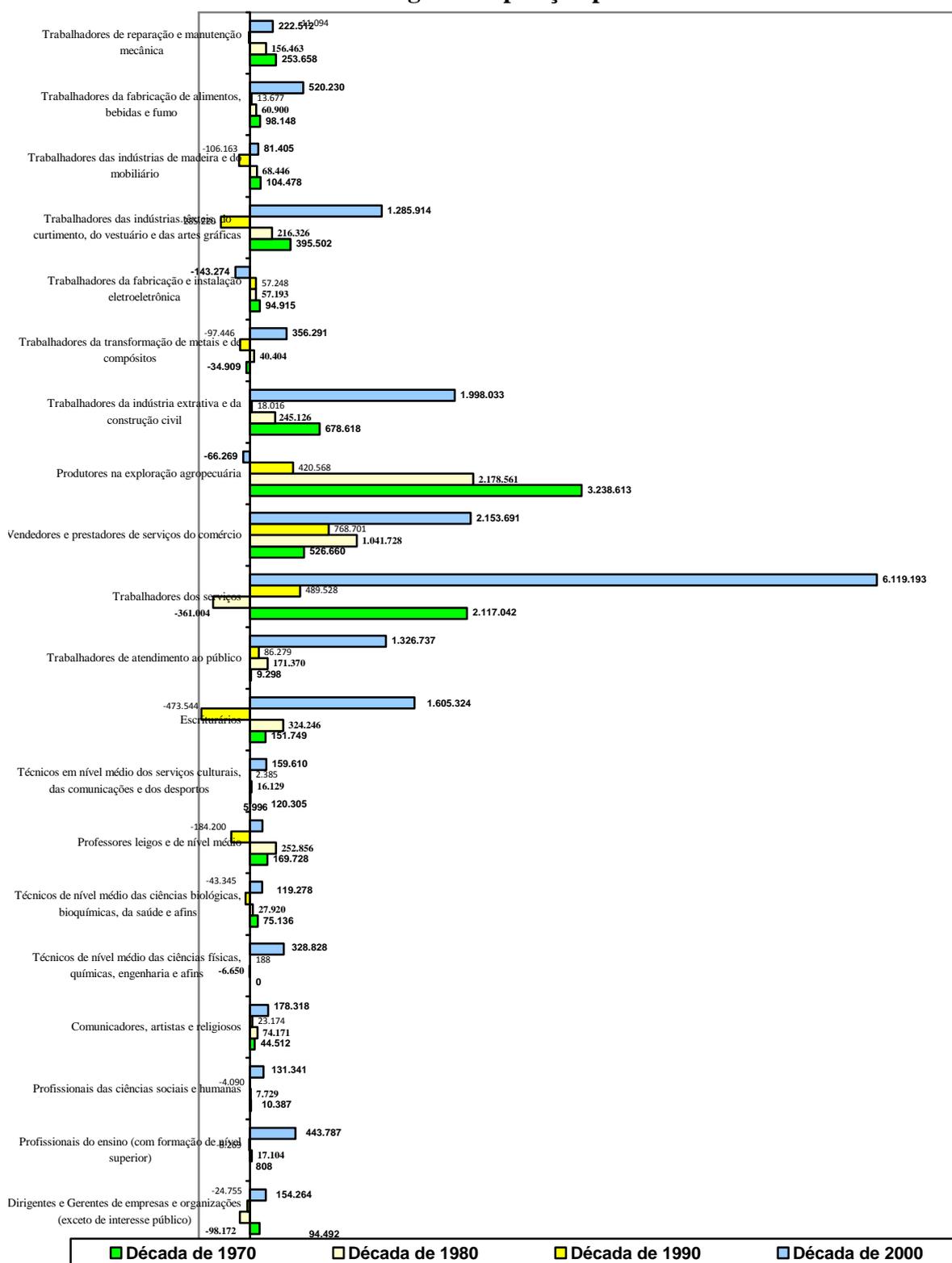
A partir da década de 1980, somente o setor terciário tem crescido o seu peso no total da ocupação nacional. O setor primário seguiu diminuindo o seu peso relativo no total dos postos de trabalho, de 32,9% para 18,4% entre 1980 e 2008, enquanto o setor secundário manteve-se relativamente estabilizado em quase ¼ da ocupação nacional.

Gráfico 05 - Brasil: evolução do saldo das ocupações segundo setores de atividade econômica (em mil)



Fonte: IBGE/Censo Demográfico e PNAD (elaboração Ipea)

Gráfico 06 - Brasil: saldo líquido de ocupações geradas para trabalhadores de salário de base segundo a posição profissional



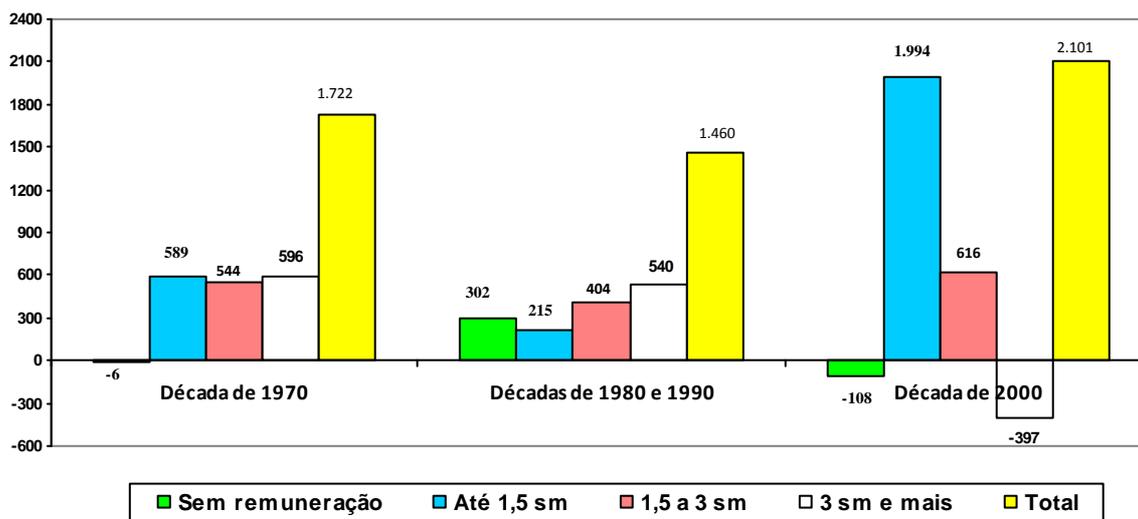
Fonte: IBGE/PNAD (elaboração própria)

Na década de 2000, o setor terciário tem gerado 2,3 vezes mais empregos que o setor secundário, ao passo que na década de 1970, o setor terciário gerava somente 30% mais postos de trabalho que o setor secundário da economia nacional. No setor primário,

a diminuição nos postos de trabalho no primeiro decênio do século 21 chega a ser 9 vezes maior ao verificado na década de 1970.

Quando se consideram as ocupações geradas segundo a posição profissional, percebe-se a importância quantitativa da expansão dos postos no setor de serviços, o principal empregador na década de 2000. Na sequência, teve importância também, embora em menor escala, as ocupações na construção civil e indústrias extrativas, bem como de escriturários.

Gráfico 07 - Brasil: evolução do saldo líquido médio anual decenal das ocupações geradas segundo faixa de remuneração (em mil)



Fonte: IBGE/Censo Demográfico e PNAD (elaboração Ipea)

Nos últimos quarenta anos, a maior expansão quantitativa de ocupações ocorreu justamente no primeiro decênio do século 21, com saldo líquido 44% superior ao verificado no período de 1980 e 1990 e 22% superior à década de 1970. A grande parte dos postos de trabalhos gerados concentrou-se na base da pirâmide social, uma vez que 95% das vagas abertas tinham remuneração mensal de até 1,5 salários mínimos. O que significou o saldo líquido de 2 milhões de ocupações abertas ao ano, em média para o segmento de trabalhadores de salário de base.

Nas faixas dos trabalhadores sem remuneração e dos acima de 3 salários mínimos mensais houve destruição líquida de ocupações, sendo de 108 mil vagas e de quase 400 mil, em média ao ano, respectivamente. No segmento dos ocupados pertencentes à faixa de rendimento de 1,5 a 3 salários mínimos mensais houve a geração média anual de 616 mil postos de trabalho.

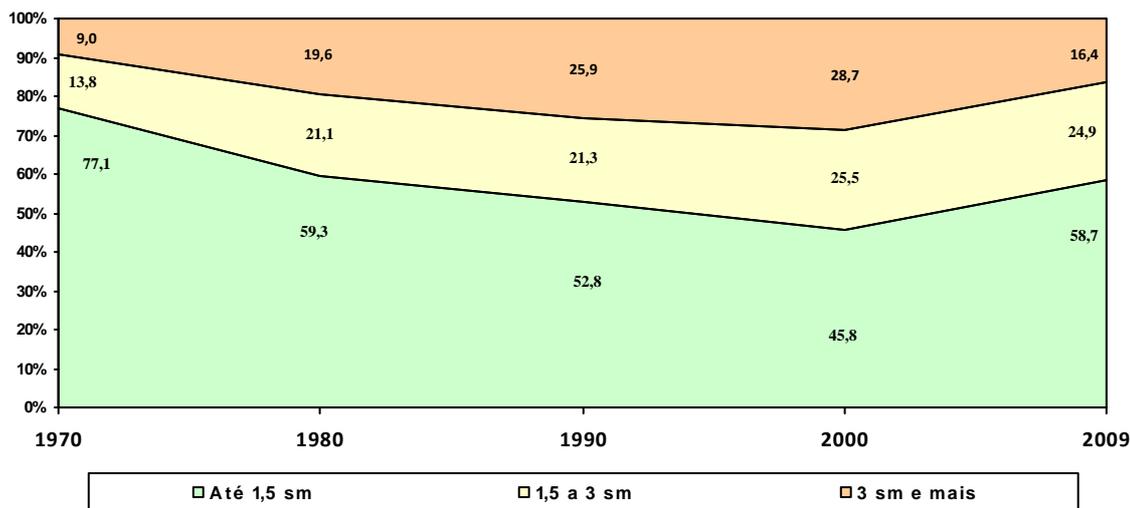
Nos anos 1970, a geração de postos de trabalho foi menos desequilibrada entre as diversas faixas de remuneração, com leve queda líquida das ocupações sem rendimentos. Na média das décadas de 1980 e 1990, todas as faixas de remuneração cresceram, sendo a de melhor desempenho relacionada às de rendimento acima de 3 salários mínimos mensais.

Com isso, a estrutura de remuneração dos ocupados brasileiros alterou-se significativamente. De 1970 ao ano 2000 havia a trajetória de redução relativa do segmento de remuneração na faixa de até 1,5 salário mínimo mensal, que passou de 77,1% para 45,8% de todos os postos de trabalho. Na sequência, aumentava o peso relativo das ocupações de maior rendimento, como no caso daquelas com mais de 3

salários mínimos mensais, que saltou dos 9% de todas as vagas, em 1970, para 28,7% no ano 2000.

Na primeira década de 2000, entretanto, a parcela dos ocupados com até 1,5 salário mínimo voltou a crescer, aproximando-se de quase 59% de todos os postos de trabalho. Em compensação, as demais faixas de remuneração reduziram a sua posição relativa.

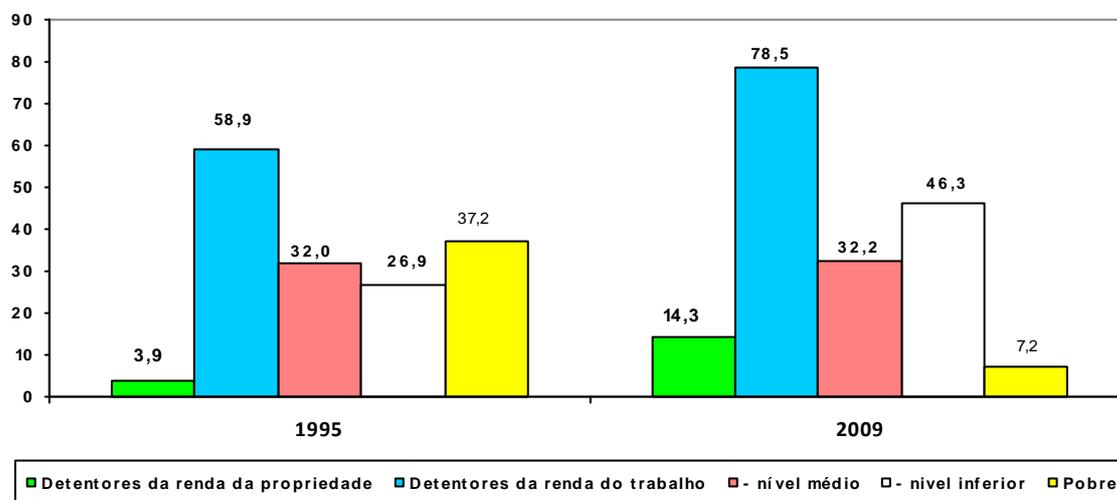
Gráfico 08 - Brasil: evolução da composição ocupacional segundo faixa de remuneração (em %)



Fonte: IBGE/Censos Demográficos e PNAD (elaboração Ipea)

Em função disso, a estrutura da distribuição dos postos de trabalho segundo as faixas de remuneração no ano de 2009 aproximou-se à registrada em 1980, com forte peso para as ocupações na base da pirâmide social. A recuperação do valor real do salário mínimo tem contribuído decididamente para proteger e elevar o piso do poder de compra das remunerações dos trabalhadores que se encontram nos postos de trabalho em profusão nos setores mais dinâmicos da economia nacional. Ou seja, no setor terciário, seguido da construção civil e indústrias extrativas.

Gráfico 09 - Brasil: estratificação ampliada da População Economicamente Ativa (propriedade, moradia, escolaridade, ocupação, renda e consumo (em %)



Fonte: IBGE/Censo Demográfico, POF e PNAD (elaboração Ipea)

Ao se analisar o movimento mais recente das mudanças sociais no país, considerando-se para além do rendimento e ocupação, o grau de escolaridade, a posse de propriedade, moradia e bens de consumo, percebe-se a conformação de uma nova estratificação da sociedade. Somente nos anos de estabilização monetária, entre 1995 e 2009, percebe-se a significativa força dinâmica da produção e, por consequência, da geração de novas ocupações.

Em grande medida, a forte expansão do conjunto das ocupações de salário de base pertencentes ao setor terciário e da construção civil e indústria extrativa favoreceu a mais rápida incorporação dos trabalhadores na base da pirâmide social. Com isso, a parcela considerável da força de trabalho conseguiu superar a condição de pobreza, transitando para o nível inferior da estrutura ocupacional de baixa remuneração, porém, não mais pobre, tampouco de classe média. Esta, por sinal, praticamente não sofreu alteração considerável, pois se manteve estacionada na faixa de 1/3 dos brasileiros, enquanto os trabalhadores de salário de base aumentaram a sua participação relativa de menos de 27%, em 1995, para 46,3%, em 2009. Na condição de pobreza, a queda foi significativa, de 37,2% para 7,2% no mesmo período de tempo.

Além disso, observa-se também a rápida expansão populacional daqueles cuja remuneração principal assenta-se no conjunto das rendas da propriedade (lucro, juros, renda da terra e aluguéis) durante o período recente de estabilidade monetária. Em 2009, esse segmento social representou mais de 14% da População Economicamente Ativa, enquanto em 1995 não atingia a 4%.

Considerações finais

Nas páginas anteriores foi possível constatar que as mudanças econômico-sociais recentes apresentam natureza distinta de manifestação em relação à verificada nos últimos cinquenta anos. Pela primeira vez, o Brasil consegue combinar a maior ampliação da renda por habitante com a redução no grau de desigualdade na distribuição pessoal da renda do trabalho. Ademais da recuperação da participação do rendimento do trabalho na renda nacional, notou-se o quadro geral de melhora da situação do exercício do trabalho, com diminuição do desemprego e crescimento do emprego formal.

A dinâmica das mudanças encontra-se associada às transformações na estrutura produtiva, com crescente impulso do setor terciário, sobretudo a geração de postos de trabalho. De maneira geral, o maior saldo líquido das ocupações abertas na década de 2000 concentrou-se naquelas de salário de base, ou seja, ao redor do salário mínimo nacional. Dos 2,1 milhões de vagas abertas anualmente, em média, 2 milhões encontram-se na faixa de até 1,5 salário mínimo mensal.

Combinado com a recuperação do valor real do salário mínimo nacional, a recente expansão das vagas de salário de base permitiram absorver enormes parcela dos trabalhadores na base da pirâmide social, favorecendo a redução sensível da taxa de pobreza em todo o país. Mesmo sem alterar o segmento intermediário da atual estratificação social, observou-se a polarização pronunciada entre as duas pontas com forte crescimento relativo: os trabalhadores na base da pirâmide social e os detentores de renda derivado da propriedade.



Ipea – Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Secretaria de Assuntos Estratégicos da
Presidência da República